

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo

Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55. Tel.: 266-7099 (PABX).



Fundado em 1873

JULIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JULIO DE MESQUITA FILHO (1927 - 1969) FRANCISCO MESQUITA

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
 Júlio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 César Tácito Lopes Costa
 José M. Homem de Montes
 Oliveira S. Ferreira

O tortuoso caminho para a boa renegociação

Enquanto prossegue pelo mundo a maratona do presidente do Banco Central, Affonso Pastore, em busca de consolidação do pacote financeiro em favor do Brasil — aliás, ao que parece, com sucesso já praticamente assegurado —, vamos colhendo aqui comentários da imprensa internacional, sobre esse fato e também sobre a nossa situação geral.

Esses comentários podem ser classificados basicamente em dois gêneros: os episódicos e circunstanciais; os profundos e sérios. Em geral os primeiros ganham mais repercussão, porém são os outros que têm maior possibilidade de formar opiniões onde realmente interessa, isto é, na comunidade financeira internacional e entre governos.

Ainda bem, porque senão estaríamos malparados.

Na semana passada, por exemplo, uma daquelas matérias de circunstância, do Financial Times, de Londres, extremamente irônica e irreverente, foi de desacorçoar quem a leu. A esperada visita do prof. Pastore à City — que deverá efetivar-se amanhã — era pintada como um espetáculo de teatro de revista, até pela infortunada coincidência de se ter alugado, para o meeting com os banqueiros, um velhíssimo e pouco respeitável teatro daquela área de Londres. Os redatores do circunspecto jornal não resistiram à tentação de expor o lado ridículo e vulgar do acontecimento, para enorme humilhação, é claro, dos leitores brasileiros, daqui e do Exterior.

Aliás, essa tática que o governo brasileiro adotou de se manter em negociação quase permanente com os credores à boca da caixa, promovendo reuniões monumentais e espalhafatosas com centenas de banqueiros — no Hotel Plaza, em Honolulu; agora num decadente teatro londrino —, é material saborosíssimo para toda espécie de espíritos mordazes. Não nos queixemos, portanto, dos jornalistas londrinos, e sim do vício pela palhaçada que nosso governo parece ter cultivado desde que nos metemos, em setembro do ano passado, nessa humilhante crise. Um governo que prezasse realmente sua imagem no Exterior e a postura que toda a Nação reclama, e que tivesse sensibilidade política, jamais permitiria que suas altas autoridades se comportassem como pedintes ou balconistas de secos & molhados.

Mas, para aliviar nosso orgulho nacional, tivemos também, ao lado das gozações do Financial Times, a serena e ponderada manifestação do ~~prévio embaixador de S. Majestade no Brasil~~ William Harding, para quem, no próximo ano, o Brasil e os seus credores encontrarão meios de renegociar calmamente a dívida brasileira, de modo que haja um ~~reajustamento profundo~~ uma moratória multilateral de longo prazo, prevê ele.

Aliás, os sinais de que se caminha para isso são cada vez mais freqüentes e visíveis. Não podemos deixar de notar que a imprensa internacional, a despeito da mencionada manifestação do Financial Times, tem trabalhado em geral a nosso favor. Um trabalho intenso de convencimento da opinião pública de que o caso brasileiro merece tratamento especial e diferenciado tem sido feito. O peso estratégico do Brasil num mundo cujo destino depende do resultado do choque permanente entre a democracia e o totalitarismo tem sido amplamente ressaltado. Tivemos, por exemplo, mais uma vez, na semana passada, o The New York Times batendo na tecla de que é preciso encontrar uma solução mais construtiva, mais sólida e mais definitiva para as aflições financeiras do Brasil do que os atuais pacotes de curto prazo e juros leoninos deixam entrever.

Nesse mesmo sentido, um dos comentários mais claros e lúcidos veio da revista britânica Euromoney, publicação dirigida especificamente aos círculos financeiros. Pela primeira vez vemos uma publicação internacional propor de maneira direta a grande indagação: "Qual o país mais importante para o futuro do capitalismo — o Brasil, o grande sucesso da era keynesiana, ou a Polônia, um dos mais notáveis fracassos econômicos da última década?". A revista fazia essa pergunta, referindo-se ao fato de a Polônia já ter sua dívida em condições satisfatórias.

Antes de chamar a atenção para o que realmente está em jogo na crise brasileira — do mesmo modo como temos feito aqui desde o seu começo —, a revista critica os que têm forçado o Brasil a assumir compromissos que sabidamente não pode cumprir sem destruir sua estrutura social, e mostra que essa estrutura social se solidariza em torno de uma aspiração de alto crescimento econômico, "porque os brasileiros se acostumaram a isso durante as duas últimas décadas". Diríamos que, na verdade, durante as cinco últimas décadas, e concordamos com a revista em que é perigoso destruir essa aspiração. Não só para nós, mas para todo o mundo, uma vez que, apertado até o último limite, o Brasil poderia não ter outro caminho a trilhar a não ser o do repúdio puro e simples de uma dívida de 90 bilhões de dólares.

Forçar uma economia em desenvolvimento a gerar nove bilhões de dólares de superávit comercial, isto é, a exportar riquezas, quando na verdade tais economias devem operar com déficits comerciais, pois do ponto de vista macroeconômico isso representa incorporação de riquezas, é uma arriscada estratégia. Aliás, recentemente, em Washington, o ex-presidente do Banco Central Paulo Lyra dava-se ao trabalho de expor uma fórmula que a seu ver é mais adequada de negociação externa, justamente porque está alarmado com o fato de que a economia brasileira possa transferir 13 bilhões de dólares em termos líquidos para o Exterior, nos próximos três anos, como se estima nos atuais programas de renegociação.

Existe, portanto, possibilidade de se formar no Exterior uma corrente respeitável de apoio a um tratamento especial para o Brasil, desde que nosso governo se decida a estimular essa corrente e a usar política e diplomaticamente o seu peso político específico — seu peso estratégico — no contexto do sistema mundial de livre empresa. Para isso, todavia, e aqui voltamos à velha tecla, precisaria ter um programa coerente de administração econômica interna, viável e eficaz, que contasse com amplo respaldo da opinião pública.

Estamos já desanimando de ver florescer essa visão, essa disposição e a necessária formulação nos tumultuados corredores do Palácio do Planalto, onde o problema principal é saber se fulano manda mais do que sicrano, na falta de quem realmente mande em todos. Contamos, todavia, com o tirocínio dos nossos mais lúcidos parceiros externos para evitar que se concretize a advertência final feita pela revista Euromoney: que a maior nação da América Latina possa "ser levada a praticar atos cujo efeito imediato causará mais danos a outros do que a si própria". De nossa parte, só achamos que tais danos serão igualmente enormes para ambas as partes.